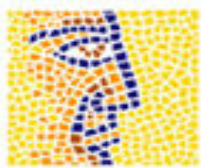


Autopista Litoral Sul S.A.

Demonstrações Financeiras Anuais Completas

- Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e Parecer dos auditores independentes;
- Relatório da Administração;



**Autopista
Litoral Sul**
Grupo OHL

Autopista Litoral Sul S.A.

*Demonstrações Financeiras
Referentes aos Exercícios Findos em
31 de Dezembro de 2010 e de 2009 e
Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras*

Deloitte ToucheTohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da
Autopista Litoral Sul S.A.
Joinville - SC

Examinamos as demonstrações financeiras da Autopista Litoral Sul S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Autopista Litoral Sul S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 3, as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Autopista Litoral Sul S.A., essas práticas diferem das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, somente pela opção da manutenção do saldo do ativo diferido existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado.

Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (“DVA”) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Curitiba, 24 de março de 2011

Walter Dalsasso
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Walter Dalsasso
Walter Dalsasso
Contador
CRC nº 1 SP 077516/O-9
“S” SC

AUTOPISTA LITORAL SUL S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010, DE 2009 E EM 1º DE JANEIRO DE 2009.

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	31.12.2010			31.12.2009	01.01.2009	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31.12.2010			31.12.2009	01.01.2009
		31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009					31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009		
CIRCULANTES													
Caixa e equivalentes de caixa	6	4.972	27.296	4.872		Empréstimos e financiamentos	15	186.040	2.295	-			
Contas a receber	7	5.222	4.089	-		Transações com partes relacionadas	20	10.891	4.327				
Estoques	8	276	366	379		Fornecedores	16	9.477	6.316	20.931			
Despesas antecipadas	9	721	332	239		Fornecedores - partes relacionadas	20	4.787	3.735	9.999			
Impostos a recuperar	10	610	806	326		Obrigações sociais	17	2.007	1.738	820			
Outros créditos		42	22	-		Obrigações fiscais	18	2.521	1.580	1.996			
Total dos ativos circulantes		11.843	32.911	5.816		Cauções contratuais	19	3.428	3.271	2.883			
						Taxa de fiscalização	22	610	583	535			
						Adiantamento de Seguros	23	7.886	3.000	-			
						Provisão para investimentos em rodovias	21.2	234	49	1.949			
						Dividendos propostos	24.3	575	-	-			
						Outras contas a pagar		671	584	795			
NÃO CIRCULANTES						Total dos passivos circulantes		229.127	27.478	39.908			
Depósitos Judiciais	21.1	9	3	-									
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	-	660	380		NÃO CIRCULANTES							
Imobilizado	12	536	539	1.782		Empréstimos e financiamentos	15	1.235	150.494	55			
Intangível	13	345.591	250.546	119.183		Transações com partes relacionadas	20	67.000	67.000	68.158			
Diferido	14	22.718	25.467	35.507		Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	253	-	-			
Total dos ativos não circulantes		368.854	277.215	156.852		Provisão para manutenção em rodovias	21.2	7.046	2.063	-			
						Provisão para investimentos em rodovias	21.2	23.188	22.306	21.290			
						Total do passivo não circulantes		98.722	241.863	89.503			
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
						Capital social	24.1	51.001	51.001	34.001			
						Reservas de lucros	24.2	1.847	-	-			
						Prejuízo acumulado		-	(10.216)	(744)			
						Total do patrimônio líquido		52.848	40.785	33.257			
TOTAL DOS ATIVOS		380.697	310.126	162.668		TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		380.697	310.126	162.668			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA LITORAL SUL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro (prejuízo) líquido do exercício por ação)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
RECEITA	25	216.443	194.473
CUSTO DOS SERVIÇOS	26	(170.646)	(183.928)
OUTRAS RECEITAS			
LUCRO BRUTO		<u>45.797</u>	<u>10.545</u>
Despesas gerais e administrativas	26	(10.029)	(8.172)
Remuneração da Administração		(583)	(523)
Tributárias		(147)	(157)
Outras receitas operacionais, líquidas		429	235
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS		<u>35.467</u>	<u>1.928</u>
Receitas financeiras	27	1.962	2.232
Despesas financeiras	27	(20.260)	(13.912)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>17.169</u>	<u>(9.752)</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes	28	(3.616)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	28	(915)	280
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>12.638</u>	<u>(9.472)</u>
LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO		<u>0,20</u>	<u>(0,15)</u>

(*) Não há resultados abrangentes no exercício corrente e no exercício anterior.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA LITORAL SUL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros			Total
			Legal	Retenção de lucros	Prejuízo acumulados	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008		34.001	-	-	-	34.001
Efeitos da aplicação de novas práticas contábeis	5	-	-	-	(744)	(744)
SALDOS EM 01º DE JANEIRO DE 2009		34.001	-	-	(744)	33.257
Aumento de capital	24.1	17.000	-	-	-	17.000
Prejuízo do exercício originalmente apresentado		-	-	-	(8.926)	(8.926)
Efeitos da aplicação de novas práticas contábeis	5	-	-	-	(546)	(546)
Prejuízo do exercício ajustado		-	-	-	(9.472)	(9.472)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009		51.001	-	-	(10.216)	40.785
Lucro líquido do exercício		-	-	-	12.638	12.638
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	24.2	-	121	-	(121)	-
Dividendos propostos	24.3	-	-	-	(575)	(575)
Retenção de lucros		-	-	1.726	(1.726)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		51.001	121	1.726	-	52.848

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA LITORAL SUL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	12.638	(9.472)
Ajustes para conciliar o lucro (prejuízo) líquido com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	10.889	5.707
Baixa de ativos imobilizados	736	484
Imposto de renda e contribuição social diferidos	915	(282)
Despesas de juros	17.648	18.538
Resultado financeiro de ajuste a valor presente	1.373	1.173
Provisão para manutenção em rodovias	3.866	2.007
Provisão para contingências	1	-
Redução (aumento) dos ativos operacionais:		
Contas a receber	(1.133)	(4.089)
Estoques	90	13
Despesas antecipadas	(136)	(96)
Impostos a recuperar	196	(480)
Outros Créditos	(20)	(22)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:		
Fornecedores	1.591	(12.872)
Fornecedores - partes relacionadas	(95)	2.379
Obrigações sociais e trabalhistas	269	918
Obrigações fiscais	584	(388)
Cauções contratuais	138	1.142
Taxas de fiscalização	27	583
Juros Pagos	(17.044)	-
Outros passivos	4.970	2.256
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>37.503</u>	<u>7.499</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de itens do ativo imobilizado	(944)	(815)
Adições ao intangível	<u>(93.306)</u>	<u>(138.625)</u>
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	<u>(94.250)</u>	<u>(139.440)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e financiamentos:		
Captações	36.173	252.259
Pagamentos	(1.750)	(100.156)
Juros Pagos	-	(14.738)
Aumento de capital	-	17.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>34.423</u>	<u>154.365</u>
(REDUÇÃO)/AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(22.324)</u>	<u>22.424</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	27.296	4.872
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO	4.972	27.296
(REDUÇÃO)/AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(22.324)</u>	<u>22.424</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA LITORAL SUL S.A.DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
RECEITAS		
Prestação de serviços	130.290	75.398
Receita dos serviços de construção	<u>97.510</u>	<u>125.158</u>
	227.800	200.556
CUSTOS		
Custos dos serviços prestados	(44.144)	(38.117)
Custo dos serviços de construção	(97.510)	(125.158)
Custo da concessão	(10.277)	(10.562)
Custo de provisão de manutenção em rodovias	(4.726)	(2.007)
Outros	<u>(314)</u>	<u>(6)</u>
	(156.971)	(175.850)
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>70.829</u>	<u>24.706</u>
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(10.889)	(5.707)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	<u>59.940</u>	<u>18.999</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Resultado de equivalência patrimonial		
Receitas financeiras	1.962	2.234
Juros Capitalizados	<u>5.784</u>	<u>8.454</u>
	7.746	10.688
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>67.686</u>	<u>29.687</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal e encargos:		
Remuneração direta	8.371	7.103
Benefícios	2.036	1.535
FGTS	560	440
Impostos, taxas e contribuições:		
Federais (incluindo IOF)	11.509	4.195
Municipais	6.259	3.299
Remuneração de capitais de terceiros:		
Despesas Financeiras	1.373	1.173
Juros	12.024	9.225
Juros capitalizados	3.826	4.622
Aluguéis	281	267
Outras	1.087	-
Remuneração de capitais próprios:		
Juros partes relacionadas	5.764	3.468
Juros capitalizados	1.958	3.832
Dividendos propostos	575	-
Lucros retidos (prejuízo do exercício)	12.063	(9.472)
	<u>67.686</u>	<u>29.687</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA LITORAL SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionados)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Litoral Sul S.A. (“Sociedade”), é uma sociedade anônima domiciliada no município de Joinville, no Estado de Santa Catarina, Brasil, na Rua Ministro Calógeras, nº 343, foi constituída em assembleia geral realizada em 19 de dezembro de 2007. Sua controladora e “holding” é a Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (“OHL”). Suas atividades compreendem exclusivamente a exploração, sob forma de concessão, de serviço público precedido de obra pública, pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração da Rodovia.

2. CONCESSÃO

A Sociedade possui o Contrato de Concessão e exploração do lote rodoviário BR-116/BR-376/PR e BR-101/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e Florianópolis, objeto do processo de licitação correspondente ao lote 07, em conformidade com o Edital de Licitação nº 003/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT

Os principais compromissos firmados pela Sociedade decorrentes da concessão da rodovia, conforme Contrato de Concessão são:

- a) Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo da concessão, da verba de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão.

O valor anual a título de verba de fiscalização é de R\$6.424 na data base de concessão. Até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$160.595, conforme determinado no Contrato de Concessão.

A verba de fiscalização é corrigida com o mesmo índice e na mesma data da tarifa básica de pedágio.

- b) A Sociedade deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.
- c) Não cabe durante a concessão nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade ou desconhecimento das características da rodovia pela Sociedade, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no Leilão.
- d) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme Capítulo III, do Título V, do Edital do Leilão.

- e) A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos dos seus insumos, mão de obra e financiamentos.
- f) A Sociedade assume integralmente os riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do Contrato de Concessão.
- g) O estatuto social da Sociedade previa a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do Contrato de Concessão, fato que ocorreu em 29 de março de 2010 com a concessão de Registro de Sociedade de Capital Aberto categoria “B” pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.
- h) A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações financeiras à ANTT, bem como publicá-las.

A Sociedade assumiu os seguintes principais compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 30 km de terceira faixa.
- 79,7 km de vias laterais.
- 94,7 km de variantes e contornos.’
- Construção de 39 passarelas.
- Construção de 5 praças de pedágio.
- Construção de 8 serviços de atendimento ao usuário.
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas no mês de fevereiro de cada ano com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Ampo - IPCA.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferidos à concessionária, ou por ela implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

A Sociedade estima, na data de 31 de dezembro 2010, os montantes de R\$ 757.778 referente a investimentos para melhorias na infraestrutura e de R\$ 614.737 referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

Estes valores poderão ser alterados em razão de adequações e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Referidas estimativas de investimento foram classificadas mediante laudo contratado junto a peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional – Serão registrados somente quando da prestação de serviço de construção, relacionados diretamente com a ampliação/melhoria da infraestrutura.
- (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - Foram registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e estão apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na Nota explicativa nº 21.2.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, bem como os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Em 31 de dezembro de 2010, a Sociedade mantém registrado o montante de R\$22.718 relativo a gastos pré-operacionais incorridos até 31 de dezembro de 2008, conforme permitido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, enquanto as normas internacionais (IFRS) indicam o registro como resultado quando incorrido.

3.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.4. Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto

a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazo; determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos econômicos de projeção de tráfego; determinação de provisões para manutenção; determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes; riscos cíveis trabalhistas e fiscais; perdas relacionadas a contas a receber; e a elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritas abaixo:

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão conforme determinado pelo ICPC-01 a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão; determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível; avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando principalmente os investimentos, em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional.

- (a) Investimentos que geram potencial de receita adicional - São reconhecidos somente quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria da infraestrutura.
- (b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - Foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº21.2

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Sociedade reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão limitado ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá em função da curva de demanda. Assim, a taxa de amortização é

determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

Determinação das receitas de construção

Quando a Sociedade contrata serviços de construção, esta deve reconhecer a receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços de construção, mesmo nos casos que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e das empresas do grupo que efetuam os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção referentes a contratos de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida a custo dos serviços do período para manutenção ou recomposição da infraestrutura em um nível especificado de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009, com a finalidade da transição para as normas do CPC.

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são:

4.1. Instrumentos financeiros ativos

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e os outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata em montante conhecido de caixa sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

Contas a receber

Apresentadas pelo valor de realização nas datas dos balanços, registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessária, com base em estimativas de perda.

4.2. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 12, limitada, quando aplicável, ao prazo da concessão.

Devido aos ativos terem sido adquiridos substancialmente após 1º de janeiro de 2009 e não terem saldos relevantes a Sociedade optou pela não adoção da prática de revisão dos custos históricos dos bens do ativo imobilizado nem pela utilização da prática do custo atribuído (“deemed cost”), conforme opção prevista nos parágrafos 20 a 29 do ICPC 10 Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, para registro do saldo inicial do ativo imobilizado na adoção inicial do CPC 27 – Ativo Imobilizado e da ICPC 10.

Adicionalmente, os efeitos de depreciação decorrentes da primeira análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado, conforme regulamentação do ICPC 10, foram revisados para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2010, e não foram identificadas modificações nas estimativas anteriormente determinadas. Consequentemente, não há efeitos registrados para o encerramento das demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009.

4.3. Intangível

A Sociedade reconheceu um ativo intangível resultante do contrato de concessão pelo direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, registrado como mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

4.4. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Por se tratar de uma única concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, e sim calcula o montante recuperável dos ativos da concessão como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita a avaliação atual de

mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

4.5. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, estão incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

4.6. Instrumentos financeiros passivos

Classificação como dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou de outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

Empréstimos e financiamentos, fornecedores e partes relacionadas

Demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária. Quando aplicável, estes são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

4.7. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Impostos correntes

A provisão para imposto sobre a renda e para contribuição social baseia-se no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldo de prejuízo fiscal, base de cálculo negativa da contribuição social e diferenças

temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social, conforme nota explicativa nº 11.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são registrados com base nos ajustes a valor presente decorrentes do direito de concessão, dos riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis, conforme nota explicativa nº 11.

4.8. Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e o valor possa ser estimado com segurança.

Atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade. O fundamento e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 21.1.

4.9. Reconhecimento de receita

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços é reconhecida com base no estágio de conclusão da obra realizada. A receita de operações ou serviços é reconhecida no período que os serviços são prestados. Quando a Sociedade presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

Receita oriunda da cobrança de pedágios ou tarifas decorrente dos direitos de concessão

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos objeto das concessões pelos usuários.

4.10. Ativos e passivos objeto de ajuste a valor presente

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Sociedade, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associados. Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e em 1º de janeiro de 2009, os itens sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento são como segue:

- Provisão para investimentos: decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Sociedade e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foram calculados através do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão) e descontados através da aplicação da taxa de desconto de 5% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco uma vez que as projeções de fluxos das obrigações utilizadas pela Sociedade são por seus valores nominais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.
- Provisão para manutenção: decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionados à utilização e manutenção das rodovias em níveis préestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foram calculados através do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações e descontados através da aplicação da taxa de desconto de 5% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco uma vez que as projeções de fluxos das obrigações utilizadas pela Sociedade são por seus valores nominais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Os saldos nominais e os respectivos saldos a valor presente na data dos balanços está demonstrado a seguir:

Provisão para investimentos:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Circulante:			
Provisão para obras futuras – nominal	240	50	2.002
Provisão para obras futuras a valor presente	234	49	1.949
Efeito ajuste a valor presente	6	1	53
 Não Circulante:			
Provisão para obras futuras – nominal	24.997	25.236	25.286
Provisão para obras futuras a valor presente	23.188	22.306	21.290
Efeito ajuste a valor presente	1.809	2.930	3.996

Provisão para manutenção:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
 Não Circulante:			
Provisão para manutenção – nominal	9.859	3.005	-
Provisão para manutenção a valor presente	7.046	2.063	-
Efeito ajuste a valor presente	2.813	942	-

A recomposição dos saldos aos seus valores nominais pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira na demonstração do resultado do exercício

4.11. Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos e efeitos dos ajustes a valor presente.

4.12. Dividendos propostos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo, na rubrica “Dividendos propostos”, por ser considerada uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na nota explicativa nº 24.3.

5. ADOÇÃO DOS NOVOS PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELO CPC

Na preparação das suas demonstrações financeiras, a Sociedade adotou todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM, que juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Sociedade aplicou as práticas contábeis definidas na nota explicativa nº 4 em todos os períodos apresentados, o que inclui o balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2009. Na mensuração dos ajustes e preparação desse balanço patrimonial de abertura, a Sociedade aplicou os requerimentos constantes no CPC 43(R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40 e no CPC 37(R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Para isso, a Sociedade efetuou nas duas demonstrações financeiras os ajustes descritos a seguir.

Exceções obrigatórias e isenções opcionais na adoção dos novos pronunciamentos

Com base no CPC 37 (R1), é permitida, na adoção inicial dos novos pronunciamentos, a aplicação de procedimentos voluntários, caso haja divergências quanto às práticas contábeis anteriormente adotadas; porém, a norma também proíbe o ajuste de determinadas transações retrospectivamente.

O julgamento da Administração quanto às isenções opcionais e obrigatórias na adoção inicial dos novos pronunciamentos é descrito e foi aplicado da seguinte forma:

- a) Mensuração do ativo imobilizado ao valor justo: considerando as características e os valores dos grupos de ativos, contabilizados na rubrica “Ativo imobilizado”, a Sociedade entende que os valores atribuídos a essa classe de ativos correspondem ao valor justo; portanto, não optou por remensurar esses ativos na data de transição, mas optou pela manutenção do custo histórico de aquisição, como permitido anteriormente, em linha com os novos pronunciamentos.
- b) Manutenção do ativo diferido nas demonstrações financeiras individuais: a manutenção de saldo em conta do ativo diferido, permitido pelo CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, foi ratificado na versão revisada do

CPC 43, aplicável somente para demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

- c) Transição de contabilização para o Contrato de Concessão: a aplicação foi adotada de forma retrospectiva pela Sociedade.

Considerando a aplicação dos novos pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas por parte do CPC, a seguir estão sendo apresentados os efeitos sobre o balanço de abertura de 1º de janeiro de 2009 e demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009:

Efeitos na adoção dos CPC no balanço de abertura de 1º de janeiro de 2009

	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados
<u>ATIVOS</u>			
CIRCULANTES			
Total dos ativos circulantes	5.816	-	5.816
NÃO CIRCULANTES			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	380	380
Imobilizado	98.661	(96.879)	1.782
Intangível	151	119.032	119.183
Diferido	35.545	(38)	35.507
Total dos ativos não circulantes	134.357	22.495	156.852
TOTAL DO ATIVO	140.173	22.495	162.668
<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
CIRCULANTES			
Fornecedores	20.931	-	20.931
Fornecedores - partes relacionadas	9.999	-	9.999
Obrigações sociais	820	-	820
Obrigações fiscais	1.996	-	1.996
Taxa de fiscalização	535	-	535
Cauções contratuais	2.883	-	2.883
Provisão para investimentos	-	1.949	1.949
Outras contas a pagar	795	-	795
Total dos passivos circulantes	37.959	1.949	39.908
NÃO CIRCULANTES			
Empréstimos e financiamentos	55	-	55
Empréstimos de empresas ligadas	68.158	-	68.158
Provisão para investimentos	-	21.290	21.290
Total dos passivos não circulantes	68.213	21.290	89.503
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	34.001	-	34.001

Prejuízos acumulados	-	(744)	(744)
Total do patrimônio líquido	<u>34.001</u>	<u>(744)</u>	<u>33.257</u>
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>140.173</u>	<u>22.495</u>	<u>162.668</u>

Efeitos na adoção dos CPC no balanço de 31 de dezembro de 2009

	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados
<u>ATIVOS</u>			
CIRCULANTES			
Total dos ativos circulantes	<u>32.911</u>	-	<u>32.911</u>
NÃO CIRCULANTES			
Depósitos judiciais	3	-	3
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	660	660
Imobilizado	226.230	(225.691)	539
Intangível	2.349	248.197	250.546
Diferido	25.505	(38)	25.467
Total dos ativos não circulantes	<u>254.087</u>	<u>23.128</u>	<u>277.215</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>286.998</u>	<u>23.128</u>	<u>310.126</u>
<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
CIRCULANTES			
Empréstimos e financiamentos	2.295	-	2.295
Contas a pagar - partes relacionadas	4.327	-	4.327
Fornecedores	6.316	-	6.316
Fornecedores - partes relacionadas	3.735	-	3.735
Obrigações sociais	1.738	-	1.738
Obrigações fiscais	1.580	-	1.580
Cauções contratuais	3.271	-	3.271
Taxa de fiscalização	583	-	583
Adiantamento de seguros	3.000	-	3.000
Provisão para investimentos	-	49	49
Outras contas a pagar	584	-	584
Total dos passivos circulantes	<u>27.429</u>	<u>49</u>	<u>27.478</u>
NÃO CIRCULANTES			
Empréstimos e financiamentos	150.494	-	150.494
Empréstimos de empresas ligadas	67.000	-	67.000
Provisão para manutenção	-	2.063	2.063
Provisão para investimentos	-	<u>22.306</u>	<u>22.306</u>
Total dos passivos não circulantes	217.494	24.369	241.863
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	51.001	-	51.001
Prejuízos acumulados	<u>(8.926)</u>	<u>(1.290)</u>	<u>(10.216)</u>
Total do patrimônio líquido	42.075	(1.290)	40.785

TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>286.998</u>	<u>23.128</u>	<u>310.126</u>
--	----------------	---------------	----------------

Efeitos na adoção dos CPC no patrimônio líquido em 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2009

	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Patrimônio líquido divulgado pelos critérios contábeis anteriores	42.075	34.001
Ajustes por adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos:		
-Mudança de critério da amortização de investimentos	2.878	-
-Amortização de intangível de obras que não geram potencial de receita adicional	(421)	-
-Provisão para manutenção de rodovias	(2.007)	-
-Despesa financeira decorrente de ajuste a valor presente	(2.292)	(1.119)
-Reversão de juros capitalizados	(108)	(5)
-Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre resultado dos ajustes	660	380
Total dos ajustes	<u>(1.290)</u>	<u>(744)</u>
Patrimônio líquido ajustado pela aplicação dos novos CPC	<u>40.785</u>	<u>33.257</u>

Efeitos na adoção dos CPC no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2009

	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados
RECEITAS			
Receitas de serviços	75.398	-	75.398
Receitas de obras	-	125.158	125.158
	<u>75.398</u>	<u>125.158</u>	<u>200.556</u>
DEDUÇÕES DA RECEITA	<u>(6.083)</u>	<u>-</u>	<u>(6.083)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	69.315	125.158	194.473
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(59.220)	450	(58.770)
CUSTOS DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO	-	(125.158)	(125.158)
LUCRO BRUTO	<u>10.095</u>	<u>450</u>	<u>10.545</u>
Gerais e administrativas	(8.172)	-	(8.172)
Despesas tributárias	(157)	-	(157)
Remuneração da administração	(523)	-	(523)
Outras receitas operacionais líquidas	<u>235</u>	<u>-</u>	<u>235</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	1.478	450	1.928
Receitas financeiras	2.232	-	2.232
Despesas financeiras	<u>(12.636)</u>	<u>(1.276)</u>	<u>(13.912)</u>
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	<u>(8.926)</u>	<u>(826)</u>	<u>(9.752)</u>
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	<u>-</u>	<u>280</u>	<u>280</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	<u>(8.926)</u>	<u>(546)</u>	<u>(9.472)</u>

Efeitos da adoção das CPC na demonstração dos fluxos de caixa

	Em 31.12.2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados
Fluxo de caixa das atividades operacionais	7.499	-	7.499
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(139.440)	-	(139.440)
Fluxo de caixa das atividade de financiamento	<u>154.365</u>	<u>-</u>	<u>154.365</u>

Notas sobre as reconciliações apresentadas anteriormente

a) ICPC 01 e OCPC 05 (equivalente ao IFRIC 12) - Contratos de Concessão:

A partir de 1º de janeiro de 2010 (efeitos de abertura 1º de janeiro de 2009 para fins de comparação) a Sociedade adotou e utilizou para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão as previsões da interpretação ICPC 01 emitida pelo CPC. Esta Interpretação orienta a forma de contabilização de concessões, de serviços públicos a entidades privadas.

As disposições da ICPC 01 foram aplicadas retroativamente, recalculando os efeitos que a adoção teria em 1 de janeiro de 2009 (início do período de mais antigo utilizado para fins comparativos) e atribuído os efeitos aos componentes do patrimônio líquido.

A aplicação retrospectiva foi adotada para o contrato de concessão da Sociedade.

Adicionalmente, o contrato de concessão da Sociedade está classificado no modelo de ativo intangível.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Caixa e bancos	1.516	1.721	3.098
Aplicações financeiras (*)	<u>3.456</u>	<u>25.575</u>	<u>1.774</u>
	<u>4.972</u>	<u>27.296</u>	<u>4.872</u>

(*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja participação proporcional nas carteiras é a seguinte:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Certificados de Depósito Bancário		2.607	111
Fundo de investimento	<u>3.456</u>	<u>22.968</u>	<u>1.663</u>
	<u>3.456</u>	<u>25.575</u>	<u>1.774</u>

7. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Receitas acessórias a receber	8	183
Pedágio eletrônico a receber	4.270	3.153
Cartões de pedágio a receber	914	706
Outras	<u>30</u>	<u>47</u>
	<u>5.222</u>	<u>4.089</u>

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis.

O prazo médio de vencimento das contas a receber é de trinta dias.

8. ESTOQUES

Estão representados por:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Defensas	111	235	89
Cercas	12	37	47
Materiais de sinalização	42	34	56
Uniformes e EPIs	71	31	-
Materiais para praças	<u>40</u>	<u>29</u>	<u>187</u>
	<u>276</u>	<u>366</u>	<u>379</u>

9. DESPESAS ANTECIPADAS

Estão representadas por:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Seguros	311	257	239
Antecipação verba PRF (Polícia Rodoviária Federal)	20	75	-
Antecipação de Recursos para Desenvolvimento Tecnológico.	<u>390</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>721</u>	<u>332</u>	<u>239</u>

10. IMPOSTOS A RECUPERAR

Estão representados por:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
IRRF sobre aplicações financeiras	561	806	326
Outros impostos a recuperar	<u>49</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>610</u>	<u>806</u>	<u>326</u>

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Foram apurados como segue:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Ajustes por mudança de práticas contábeis			
Mudança de critério da amortização de investimentos	12.328	2.878	-
Amortização de intangível de obras futuras	(1.081)	(421)	-
Provisão para manutenção de rodovias	(6.733)	(2.007)	-
Resultado financeiro de ajuste a valor presente	(3.665)	(2.292)	(1.119)
Estorno de capitalização de juros	<u>(108)</u>	<u>(108)</u>	<u>(5)</u>
	<u>741</u>	<u>(1.950)</u>	<u>(1.124)</u>
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
(Débito) Crédito constituído	<u>(253)</u>	<u>660</u>	<u>380</u>

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade e suas projeções de resultados constituem-se em previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de (realização) utilização da totalidade dos impostos diferidos, indicada pelas projeções de resultado tributável é como seguem:

<u>Período a findar-se em</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.09</u>
2011	(8)	20	11
2012	(8)	20	12
2013	(8)	21	12
2014	(8)	22	12
Acima de 2015	<u>(221)</u>	<u>577</u>	<u>333</u>
	<u>(253)</u>	<u>660</u>	<u>380</u>

12. IMOBILIZADO

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Móveis utensílios e instalações	Equipamento mobiliário	Prédios e benfeitorias	Computadores e periféricos	Veículos	Imobilizado em andamento	Total
Custo do imobilizado:							
Saldo em 01.01.2009	240	157	111	319	13	999	1.839
Adições	52	28	178	133	30	37	458
Transferências	(178)	52	-	(316)	-	(1.035)	(1.477)
Alienações.baixas	=	(3)	=	=	=	=	(3)
Saldo em 31.12.2009	<u>114</u>	<u>234</u>	<u>289</u>	<u>136</u>	<u>43</u>	<u>1</u>	<u>817</u>
Adições	37	58	-	150	27	-	272
Transferências	-	59	-	(34)	-	-	25
Alienações.baixas	=	(3)	=	(1)	=	=	(4)
Saldo em 31.12.2010	<u>151</u>	<u>348</u>	<u>289</u>	<u>251</u>	<u>70</u>	<u>1</u>	<u>1.110</u>
Depreciação acumulada:							
Saldo em 01.01.2009	(11)	(7)	(5)	(33)	-	-	(56)
Depreciação	(31)	(28)	(22)	(77)	(8)	-	(166)
Transferências	-	(56)	-	-	-	-	(56)
Alienações.baixas	=	=	=	=	=	=	=
Saldo em 31.12.2009	<u>(42)</u>	<u>(91)</u>	<u>(27)</u>	<u>(110)</u>	<u>(8)</u>	<u>=</u>	<u>(278)</u>
Depreciação	(43)	(45)	(29)	(111)	(9)	-	(237)
Transferências	-	(59)	-	-	-	-	(59)
Alienações.baixas	=	=	=	=	=	=	=
Saldo em 31.12.2010	<u>(85)</u>	<u>(195)</u>	<u>(56)</u>	<u>(221)</u>	<u>(17)</u>	<u>=</u>	<u>(574)</u>
Imobilizado Líquido:							
Saldo em 01.01.2009	<u>229</u>	<u>150</u>	<u>106</u>	<u>286</u>	<u>13</u>	<u>999</u>	<u>1.782</u>
Saldo em 31.12.2009	<u>72</u>	<u>143</u>	<u>262</u>	<u>26</u>	<u>35</u>	<u>1</u>	<u>539</u>
Saldo em 31.12.2010	<u>66</u>	<u>153</u>	<u>233</u>	<u>30</u>	<u>53</u>	<u>1</u>	<u>536</u>
Taxa de depreciação - %	10	10	10	20	20		

13. INTANGÍVEL

A movimentação do intangível é como segue:

	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Licenças de software(b)	Intangível em andamento	Adiantamentos a fornecedores	Total
Custo do intangível:					
Saldo em 01.01.2009	23.179	170	95.572	318	119.239
Adições	14.745	1.262	110.058	(268)	125.797
Transferências	187.143	1.260	(178.871)	-	9.532
Alienações.baixas	<u>(380)</u>	<u>-</u>	<u>(84)</u>	<u>-</u>	<u>(464)</u>
Saldo em 31.12.2009	<u>224.687</u>	<u>2.692</u>	<u>26.675</u>	<u>50</u>	<u>254.104</u>
Adições	41.717	175	61.821	(7)	103.706
Transferências	2.434	-	(2.459)	-	(25)
Alienações.baixas	<u>(41)</u>	<u>-</u>	<u>(751)</u>	<u>-</u>	<u>(792)</u>
Saldo em 31.12.2010	<u>268.797</u>	<u>2.867</u>	<u>85.286</u>	<u>43</u>	<u>356.993</u>
Amortização acumulada:					
Saldo em 01.01.2009	(36)	(19)	-	-	(55)
Amortização	(3.232)	(325)	-	-	(3.557)
Transferências	56	-	-	-	56
Alienações.baixas	<u>(2)</u>	<u>-</u>	<u>=</u>	<u>=</u>	<u>(2)</u>
Saldo em 31.12.2009	<u>(3.214)</u>	<u>(344)</u>	<u>=</u>	<u>=</u>	<u>(3.558)</u>
Amortização	(7.349)	(554)	-	-	(7.903)
Transferências	-	59	-	-	59
Alienações.baixas	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>=</u>	<u>=</u>	<u>-</u>
Saldo em 31.12.2010	<u>(10.563)</u>	<u>(839)</u>	<u>=</u>	<u>=</u>	<u>(11.402)</u>
Intangível líquido:					
Saldo em 01.01.2009	<u>23.143</u>	<u>151</u>	<u>95.572</u>	<u>318</u>	<u>119.184</u>
Saldo em 31.12.2009	<u>221.473</u>	<u>2.348</u>	<u>26.675</u>	<u>50</u>	<u>250.546</u>
Saldo em 31.12.2010	<u>258.234</u>	<u>2.028</u>	<u>85.286</u>	<u>43</u>	<u>345.591</u>

(a) Amortização linear de 20% ao ano.

(b) Refere-se a obras e serviços realizados na rodovia, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros. Sendo amortizadas com base na curva do tráfego projetado.

14. DIFERIDO

Estão representados por:

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Gastos pré-operacionais:			
Pessoal/administradores	4.343	4.343	4.343
Consumo	3.598	3.598	3.598
Custos contratuais da concessão	7.306	7.306	7.306
Depreciações e amortizações	16	16	16
Conservação da rodovia	10.169	10.169	18.225
Serviços de terceiros	1.182	1.182	1.182
Tributários	1.418	1.418	1.418
Resultados financeiros	(1.327)	(1.327)	(1.327)
Outros gastos	<u>746</u>	<u>746</u>	<u>746</u>
Subtotal	27.451	27.451	35.507
Amortização acumulada	<u>(4.733)</u>	<u>(1.984)</u>	<u>-</u>
	<u>22.718</u>	<u>25.467</u>	<u>35.507</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido nos Contratos de Concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	<u>Encargos Anuais</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Passivo Circulante:				
Financiamento de equipamentos e outros (FINAME) Votorantin (a)	TJLP + 2,6% a.a.	202	202	-
Financiamento de equipamentos e outros (FINAME) Santander (a)	TJLP + 6% a.a.	2.668	1.877	-
Financiamento de investimentos (BNDES) (b)	TJLP + 2,8% a 3,58% a.a.	<u>183.170</u>	<u>216</u>	=
		<u>186.040</u>	<u>2.295</u>	=
Passivo não circulante:				
Financiamento de equipamentos e outros (FINAME) Votorantin (a)	TJLP + 2,6% a.a.	351	552	55
Financiamento de equipamentos e outros (FINAME) Santander (a)	TJLP + 6% a.a.	884	3.538	-
Financiamento de investimentos (BNDES) (b)	TJLP + 2,8% a 3,58% a.a.	-	<u>146.404</u>	-
		<u>1.235</u>	<u>150.494</u>	<u>55</u>

(a) Refere-se a contratos para a compra de grupos de geradores, caixas d' água, sistema de controle de tráfego e quadros de distribuição de força e luz. Como garantia desses empréstimos e financiamentos está a alienação fiduciária dos bens e aval através de nota promissória em montante equivalente a 130% do valor principal de cada contrato.

(b) Refere-se a contrato de abertura de crédito firmado com o BNDES para a execução de serviços iniciais, de recuperação, conservação, monitoramento contínuo, manutenção, melhoramentos, ampliação e operação das rodovias, além de aquisição de equipamentos e materiais e instalações destes e está garantido por aval dos acionistas e cartas fianças bancárias contratadas junto a instituições financeiras de primeira linha.

Os empréstimos obtidos junto ao BNDES estão sujeitos a certas cláusulas restritivas que devem ser seguidas a fim de evitar antecipação do seu vencimento. Essas cláusulas são como segue:

Da Sociedade

- Manter situação regular com suas obrigações com órgãos do meio ambiente.
- Não constituir, salvo autorização prévia e expressa do BNDES, garantias com outros credores.
- Não constituir garantia real em virtude de determinação legal nem garantia em juízo, sem comunicar previamente e formalmente ao BNDES.
- Não constatar situação de inadimplemento de nenhuma obrigação da Sociedade ou de sua Controladora.
- Não alterar o controle efetivo da Sociedade após a contratação da operação sem prévia e expressa autorização do BNDES.
- Em caso de redução de quadro de pessoal durante o período de vigência do contrato, oferecer programa de treinamento voltado para as oportunidades de trabalho na região e/ou recolocação dos trabalhadores em outras empresas.

Do acionista

- Não incluir a Sociedade em acordos societários, estatuto ou contrato social que impliquem em restrições à capacidade de crescimento e ao acesso a novos mercados e prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras das operações com o BNDES.
- Não submeter à oneração ações de sua propriedade e da Sociedade nem à venda, aquisição, incorporação, fusão e cisão de ativos, que importem em modificações na atual configuração da Sociedade, sem a aprovação do BNDES.
- Não realizar distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre o capital próprio, cujo valor supere o percentual estabelecido por lei.
- Não promover atos nem medidas que prejudiquem ou alterem o equilíbrio econômico-financeiro da Sociedade.
- Tomar as providências necessárias para garantir o atendimento à finalidade da operação do empréstimo.
- Manter a razão entre a dívida líquida (dívida bruta - caixa e equivalentes de caixa) e o EBITDA (lucro antes dos impostos, depreciação, amortização e juros) inferior ou igual a 5 (cinco) vezes durante o cumprimento do contrato de financiamento, e a razão entre o patrimônio líquido e o ativo total maior ou igual a 20%.
- Apresentar ao BNDES o balanço trimestral revisado por empresa de auditores independentes registrados na CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas nas datas das demonstrações financeiras.

A Sociedade está concluindo com o BNDES a estruturação de financiamento de longo prazo, com o objetivo de liquidar os empréstimos que vencem no curto prazo.

O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

16. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de R\$9.477 (R\$6.316 em 31 de dezembro de 2009 e R\$20.931 em 1º de janeiro de 2009) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços relacionados predominantemente à concessão e inclui gastos com aquisição de estoques e itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

17. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Encargos sociais e trabalhistas	354	290	199
Provisão para férias	675	576	233
Provisão para encargos sociais e trabalhistas	248	200	89
Provisão para participação nos resultados	<u>730</u>	<u>672</u>	<u>299</u>
	<u>2.007</u>	<u>1.738</u>	<u>820</u>

18. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Estão representadas por:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Imposto de renda	340	-	-
Contribuição social	124	-	-
IRRF	205	143	250
PIS	82	68	-
COFINS	378	314	-
Tributos federais retidos	448	427	1.083
Tributos municipais retidos	<u>944</u>	<u>628</u>	<u>663</u>
	<u>2.521</u>	<u>1.580</u>	<u>1.996</u>

19. CAUÇÕES CONTRATUAIS

Referem-se a 5% do valor das notas fiscais relativas à prestação de serviços por empreiteiras, que será pago após o término e a aprovação da obra pela Administração da Sociedade. Os saldos em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2009 estavam representados respectivamente por R\$3.428, R\$3.271 e R\$2.883.

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Estão substancialmente representadas pelas seguintes operações:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Passivo circulante:			
Fornecedores partes relacionadas			
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (c)	1.475	1.407	1.439
Paulista Infra-Estrutura Ltda. (b)	628	441	442
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	2.193	1.482	8.115
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (b)	490	405	-
Centrovias Sistema Rodoviário S.A. (b)	-	-	3
Autopista Planalto Sul S.A. (b)	<u>1</u>	-	-
	<u>4.787</u>	<u>3.735</u>	<u>9.999</u>
Transações com partes relacionadas			
Mútuos – Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (a)	<u>10.891</u>	<u>4.327</u>	=
Passivo Não Circulante:			
Mútuos – Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (b)	<u>67.000</u>	<u>67.000</u>	<u>68.158</u>

- (a) Refere-se a mútuos obtidos para o financiamento das operações da Sociedade e dos gastos iniciais na análise e no levantamento qualitativos e quantitativos para a participação da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (“OHL”) no processo de licitação da concessão e das notas de débitos relacionadas às despesas advocatícias, entre outras similares. Os juros são calculados tendo como base 100% da variação do CDI mais 1,037% ao ano. O saldo é composto como segue:

<u>Data da Liberação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Encargos</u>	<u>Valor do principal</u>	<u>Saldo devedor</u>		
				<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
04/09/2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	4.000	4.650	4.258	4.158
17/09/2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	5.000	5.813	5.323	5.176
29/09/2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	2.000	3.225	2.129	2.065
06/10/2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	8.000	9.300	8.517	8.232
27/10/2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	6.000	6.975	6.338	6.131
05/11/2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	10.000	11.626	10.646	10.815
28/11/2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	10.000	11.626	10.646	10.107
05/12/2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	5.000	5.813	5.323	5.042
19/12/2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	<u>17.000</u>	<u>19.763</u>	<u>18.098</u>	<u>17.062</u>
			<u>67.000</u>	<u>77.891</u>	<u>71.327</u>	<u>68.158</u>

Os juros vencem anualmente no mês de dezembro, contados a partir de dezembro de 2011. Para os contratos cujo vencimento do principal ocorrer em data diferente do mês de dezembro, os juros incorridos serão recebidos na mesma data do principal.

- (b) Referem-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação inicial da malha rodoviária concedida para a Sociedade, efetuadas por sociedades controladas da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (“OHL”).

- (c) As demais operações com a OHL referem-se a valores a pagar relativos a gastos iniciais na análise e no levantamento qualitativo e quantitativo para a participação da OHL em leilão da concessão e das notas de débito de despesas advocatícias entre outras similares.

No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a Sociedade pagou os montantes de R\$583 e R\$523, respectivamente, a título de remuneração de seus administradores. Esses valores correspondem basicamente à remuneração da diretoria e respectivos encargos sociais. Esses diretores não recebem renda variável, não obtiveram nem concederam empréstimos à Sociedade e não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede participação nos Lucros e Resultados - PLR a seus colaboradores. O pagamento dessas participações está vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Os valores apurados no fim do exercício são apropriados ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para PLR, registrados em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, são de R\$730 e R\$671, respectivamente. As metas são como segue:

(i) Dos participantes

Os participantes nos resultados da Sociedade são os empregados ou ex-empregados que foram demitidos no período de abrangência desse plano.

Participam os ex-empregados que não foram demitidos por justa causa. No caso de demissão, a participação será proporcional ao tempo trabalhado.

(ii) Definição dos valores

São considerados critérios para a definição dos valores a serem pagos, aos quais serão atribuídos pesos conforme tabelas específicas, o tempo real trabalhado no período, o absenteísmo, as advertências e as suspensões.

21. PROVISÕES

21.1. Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade é parte envolvida em processos judiciais em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível pelos seus advogados, para os quais não foi constituída riscos cíveis trabalhistas e fiscais. Tais processos totalizam R\$107 e R\$80, respectivamente em 31 de dezembro de 2010.

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

21.2. Provisão para manutenção e investimentos em rodovias

As contabilizações para manutenção e investimentos nas rodovias são calculadas, respectivamente com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo que para a provisão de

investimentos considerados valores até o final da concessão e a manutenção considerados os valores da próxima intervenção, conforme descritos nas notas explicativas nº3.4 e 5.

A movimentação do saldo das provisões para a manutenção e investimentos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2009 é conforme segue:

	Circulante	Não circulante	
	Investimentos em rodovias	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias
Saldo em 01.01.2009	1.949	-	21.290
Adições	4	2.063	1.216
Utilizações	(2.104)		
Transferências	<u>(200)</u>	<u>-</u>	<u>(200)</u>
Saldo em 31.12.2009	49	2.063	22.306
Adições	8	4.983	1.088
Utilizações	(29)		-
Transferências	<u>206</u>	<u>-</u>	<u>(206)</u>
Saldo em 31.12.2010	<u>234</u>	<u>7.046</u>	<u>23.188</u>

22. TAXA DE FISCALIZAÇÃO

Os saldos de R\$610, R\$583 e R\$535, nas datas de 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2009, referem-se às despesas com taxa de fiscalização a ser recolhida à ANTT, com o objetivo de cobrir a fiscalização da concessão (vide nota explicativa nº 2). O valor anual, dividido em 12 parcelas iguais e mensais, e sua correção será pelo mesmo índice e na mesma data da tarifa básica de pedágio.

23. ADIANTAMENTO DE SEGUROS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a Sociedade recebeu adiantamentos no montante de R\$4.886 e R\$3.000 respectivamente, relativos à indenização do Itaú Seguros S.A. e da Sul América Seguros S.A. para execução de obras emergenciais e essenciais na manutenção de diversos locais da rodovia.

Os procedimentos estabelecidos para os casos de danos patrimoniais, ou seja, aqueles que afetam diretamente a rodovia, como queda de taludes, danos à ponte ou ao viaduto, determinam a comunicação formal do evento à seguradora. Tal comunicação ensejará a elaboração de um projeto para recuperação do local atingido, elaboração de orçamento e cronograma físico-financeiro, documentos fundamentais para determinação do valor final a ser indenizado pela seguradora. Na hipótese de se concluir, ao fim da regulação do sinistro, que o montante indenizado não é devido ou é superior ao devido, a Sociedade tem o compromisso de efetuar a imediata devolução da importância indevida.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1. O capital social em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 é de R\$51.001e está representado por 51.001.000 ações ordinárias sem valor nominal, assim distribuídas:

	<u>Quantidade de ações subscritas</u>	<u>Participação - %</u>
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.	51.000.997	99,99999
Conselho de Administração	<u>3</u>	<u>0,00001</u>
	<u>51.001.000</u>	<u>100,00000</u>

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a Sociedade realizou os seguintes aumentos de capital nas seguintes datas:

	<u>R\$</u>
27 de fevereiro de 2009	15.000
19 de março de 2009	<u>2.000</u>
	<u>17.000</u>

24.2. Reservas de lucros e distribuição de dividendos

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

24.3. Dividendos Propostos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de dividendo obrigatório de, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O cálculo dos dividendos estatutários, em 31 de dezembro de 2010 está demonstrado a seguir:

	<u>R\$</u>
Lucro líquido do exercício	12.638
Prejuízos Acumulados	<u>(10.216)</u>
Saldo a distribuir	2.422
Reserva legal - 5%	<u>(121)</u>
Base de cálculo	2.301
Dividendos estatutários obrigatórios	<u>25%</u>
	<u>575</u>

O remanescente do saldo do lucro do exercício, no montante de R\$1.847 mil, foi transferido para a rubrica “Reserva de retenção de lucros”, considerando o início das operações da

Sociedade, mantido para investimentos, conforme proposto pela Diretoria para atender aos compromissos de investimentos descritos na nota explicativa nº2.

25. RECEITA

Está representado por:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Receita de serviços prestados	130.152	74.765
Receita de serviços de construção	97.510	125.158
Receita acessória	<u>138</u>	<u>633</u>
	<u>227.800</u>	<u>200.556</u>

A seguir está demonstrada a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada nas demonstrações do resultado do exercício:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Receita bruta	227.800	200.556
Abatimentos sobre receitas de pedágios	(315)	(5)
ISSQN	(6.259)	(3.299)
PIS	(852)	(495)
Cofins	<u>(3.931)</u>	<u>(2.284)</u>
Receita líquida	<u>216.443</u>	<u>194.473</u>

26. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representado por:

<u>Custos dos serviços</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Custos de construção	(97.510)	(125.158)
Com pessoal	(8.036)	(6.302)
Serviços de terceiros	(24.564)	(19.939)
Depreciação / amortização	(10.177)	(5.136)
Provisão para manutenção em rodovia	(4.726)	(2.007)
Conservação	(15.884)	(13.293)
Taxa de fiscalização	(7.299)	(6.649)
Outros custos	<u>(2.450)</u>	<u>(5.444)</u>
	<u>(170.646)</u>	<u>(183.928)</u>

<u>Despesas gerais e administrativas</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Com pessoal	(4.383)	(3.742)
Serviços de terceiros	(2.335)	(1.533)
Depreciação / amortização	(712)	(571)
Alugueis imóveis	(231)	(217)
Consumo	(1.618)	(1.465)
Outras despesas	<u>(750)</u>	<u>(644)</u>
	<u>(10.029)</u>	<u>(8.172)</u>

27. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	1.900	2.232
Outras receitas	<u>62</u>	<u>-</u>
	<u>1.962</u>	<u>2.232</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros - juros e variação monetária	(17.787)	(11.341)
Encargos financeiros – reversão de ajustes a valor presente	(1.373)	(1.173)
Comissões	(185)	(748)
Outras despesas	<u>(915)</u>	<u>(650)</u>
	<u>(20.260)</u>	<u>(13.912)</u>

28. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 é como segue:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	17.169	(9.752)
Alíquota vigente	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de (despesa) crédito de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(5.839)	3.315
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Efeito da compensação de prejuízo fiscal	1.580	-
Efeitos de adições e exclusões	<u>(272)</u>	<u>-</u>
Crédito sobre prejuízo fiscal sobre os quais não houve reconhecimento de efeitos diferidos de IR e CSLL	-	<u>(3.035)</u>
(Despesa) crédito contabilizado	<u>(4.531)</u>	<u>280</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social compostas por:		
Correntes	(3.616)	-
Diferidos	<u>(915)</u>	<u>280</u>

29. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

29.1. Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 6.

29.2. Informações suplementares

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Atividades de investimentos não relacionadas em caixa		
Aquisição de bens do ativo imobilizado e itens e do intangível registrado em obrigações nas contas fornecedores, partes relacionadas, obrigações fiscais e cauções contratuais.	12.570	8.668

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

30.1. Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

30.2. Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP e do CDI, relativos aos saldos de empréstimos em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2010, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos.

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I (provável)</u>	<u>Cenário II (+ 25%)</u>	<u>Cenário III (+ 50%)</u>
CDI	12,25%	15,31%	18,38%
TJLP	6,0%	7,5%	9,0%
Juros a incorrer (*)	19.067	22.616	26.143

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos doze meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

30.3. Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Sociedade a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras, cauções contratuais e contas a receber.

A Sociedade mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2010, a Sociedade apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$4.269 (R\$3.153 em 31 de dezembro de 2009), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui uma carta de fiança firmada por instituição financeira classificada como de primeira linha para garantir a arrecadação do contas a receber com a CGMP.

30.4. Gestão do risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. , que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações.

<u>Modalidade</u>	<u>Taxa de Juros</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>
	<u>Média Ponderada</u>			
	<u>% a.a</u>			
Finame – Juros		262	40	2
Finame - Principal	8,60	<u>2.855</u>	<u>1.087</u>	<u>148</u>
		<u>3.117</u>	<u>1.127</u>	<u>150</u>
BNDES Empréstimo Ponte – Juros		9.844	-	-
BNDES Empréstimo Ponte - Principal	9,43	<u>182.571</u>	-	-
		<u>192.415</u>	-	-

30.5. Valor justo de instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Sociedade em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 representam o valor justo ou custo amortizado para os empréstimos e

financiamentos, uma vez que a natureza e característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis. Os saldos elegíveis são ajustados a valor presente.

31. BENEFÍCIOS

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas, quando incorridos.

32. GARANTIAS E SEGUROS

A concessionária, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de melhoramento e recuperação da rodovia e das funções operacionais, de conservação ordinária da malha rodoviária e do pagamento da taxa de fiscalização. Adicionalmente, a concessionária mantém coberturas de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo “todos os riscos” para os danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano de todos os bens que integram a concessão, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetista, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas.

Em 31 de dezembro de 2010, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de Indenização</u>
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/Perda de Receita	165.000
	Responsabilidade Civil	25.100
	Riscos de Engenharia	29.765
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	80.697

A Sociedade é fiadora do seguro garantia mencionado anteriormente.

33. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

34. EVENTO SUBSEQUENTE

No dia 14 de janeiro de 2011, ocorreu a assinatura do aditivo do contrato de financiamento firmado com o BNDES (empréstimo-ponte) alterando o prazo de vencimento, alterando de 15 de janeiro de 2011 para 15 de julho de 2011.

No dia 21 de janeiro de 2011 houve um aporte de capital realizado pela controladora "Obrascon Huarte Lain Brasil S.A". no valor de R\$15.000 aumentando assim o capital da sociedade para R\$66.001.

35. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão das demonstrações financeiras da Sociedade foi autorizada pelo Conselho de Administração em 24 de março de 2011.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA AUTOPISTA LITORAL SUL S.A.

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Autopista Litoral Sul S.A. submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010. As informações financeiras a seguir estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

CONTEXTO DO NEGÓCIO E ATIVIDADE

- A Autopista Litoral Sul, uma das nove concessionárias da OHL Brasil, é a responsável, desde 2008, pelos 335 quilômetros do trecho conhecido como Corredor do Mercosul, que compreende o Contorno Leste de Curitiba (BR-116), a BR-376 e a BR-101, fazendo a ligação da capital paranaense ao município de Palhoça, no estado de Santa Catarina. A concessão para administrar e conservar o trecho por 25 anos foi obtida em leilão realizado em 9 de outubro de 2007. A concessão Autopista Litoral Sul foi outorgada em fevereiro de 2008, tendo como objeto a exploração do Lote 7 do Programa de Concessões Rodoviárias Federais. O contrato foi assinado em 14 de fevereiro de 2008 e prevê investimentos de R\$ 3,1 bilhões durante sua vigência de 25 anos, incluindo a operação das rodovias e extingue-se em 17 de fevereiro de 2033.
- O trecho da Autopista Litoral Sul liga Curitiba (PR) a Palhoça (SC) pelas BRs 376 e 101, além de incluir o Contorno Leste de Curitiba (BR-116). Todo esse trajeto corta os municípios de Curitiba, Quatro Barras, Piraquara, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul e Guaratuba, no estado do Paraná, e Garuva, Joinville, Araquari, Barra Velha, Piçarras, Penha, Navegantes, Itajaí, Camboriú, Balneário Camboriú, Itapema, Porto Belo, Tijucas, Governador Celso Ramos, Biguaçu, São José e Palhoça, no estado de Santa Catarina. O trecho tem 335 quilômetros de extensão, sendo todo ele duplicado desde o início da década de 1990. Por ser a principal ligação entre São Paulo, Curitiba e todo o litoral de Santa Catarina, o trecho acabou sendo um importante instrumento para o desenvolvimento industrial e turístico da região, passando a ser conhecido como Corredor do Mercosul.
- Desde 15 de agosto de 2008, os usuários das rodovias que compõe o trecho têm a disposição os serviços de atendimento ao usuário: socorro médico, atendimento a veículos com problemas mecânicos, resgate de animais na pista, viaturas para combate a incêndio, inspeção de tráfego constante e telefone 0800 para solicitar atendimento: tudo operando 24 horas.

São, ao todo, doze ambulâncias (oito de suporte básico em operação e quatro de suporte avançado em operação), oito guinchos leves, três guinchos pesados, dois caminhões para combate a incêndio, dois carros para apreensão de animais, nove viaturas para inspeção de tráfego, duas carretas para produtos perigosos e duas carretas de apoio operacional. Para solicitar atendimento, tirar dúvidas sobre a concessão da rodovia ou fazer reclamações e sugestões para a concessionária, os usuários da Autopista Litoral Sul podem ligar para 0800 725 1771.

- Os programas de concessões de rodovias iniciaram-se a partir de 1994, quando os governos federais e estaduais estabeleceram programas com o propósito de evitar a deterioração das

rodovias e promover o crescimento e melhoria da malha rodoviária, através de investimentos da iniciativa privada.

Os investimentos em modernização e ampliação da malha rodoviária afetada por estes programas são realizados com recursos provindos da cobrança de pedágios e de financiamentos de longo prazo - Project Finance - concedidos por bancos de fomento e bancos comerciais nacionais e estrangeiros, conjuntamente com aportes de capital realizados pelos acionistas das concessionárias.

Atualmente no Brasil existem 52 concessões rodoviárias entre municipais, estaduais, federais e PPP's, com aproximadamente 14.993 km administrados pela iniciativa privada.

A crescente participação da iniciativa privada no financiamento de projetos de infraestrutura é uma realidade derivada da limitação orçamentária e de endividamento do poder público, e visa atender à crescente demanda por investimentos nesse setor.

Foi concedido em 21 de janeiro de 2009, por um período de 25 anos, o lote de rodovias federais que compõem a 2ª Etapa do Programa Federal fase II de Concessões Rodoviárias, abrangendo 680,6 Km.

CONJUNTURA ECONÔMICA

A Autopista Litoral Sul é diretamente afetada pelas condições econômicas gerais do Brasil e a evolução de seus negócios está geralmente relacionada com a evolução da economia brasileira, em especial com as taxas de inflação, taxas de juros, políticas governamentais, flutuações do câmbio, políticas tributárias e variações do Produto Interno Bruto (PIB).

Em 2010, o desempenho da economia alternou períodos de forte expansão com períodos de atividade menos intensa. No acumulado do ano, o resultado foi positivo e produziu indicadores favoráveis, como o menor patamar atingido na série histórica da taxa de desemprego. Adicionalmente, contribuíram para este cenário a elevada confiança dos consumidores, medida pelo Índice de Confiança do Consumidor, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), que passou dos 121,7 pontos em dezembro de 2010, e o crescimento das operações de crédito do sistema financeiro.

O setor industrial também apresentou expansão expressiva (+10,5%) na comparação com 2009. O resultado não só reverteu a queda de 7,4% observada em 2009, mas também registrou o índice mais elevado desde os 10,9% registrados em 1986, segundo informações divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Do mesmo modo, o PIB brasileiro registrou crescimento de 7,5% em 2010, demonstrando a veemente recuperação da economia quando comparado ao mesmo período do ano anterior (-0,6%).

Especificamente, em relação ao Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), o ano de 2010 acumulou alta de 11,3% frente à deflação de 1,7% verificada em 2009. Já a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) cresceu de 4,3% em 2009 para 5,9% em 2010. Esses índices foram utilizados no cálculo do reajuste tarifário dos pedágios administrados pelas empresas do grupo, impactando de forma positiva a arrecadação da Companhia.

No final do ano, o reflexo do aquecimento econômico e o aumento da expectativa de inflação corroboraram com a atuação do Banco Central (BACEN) na revisão dos juros para manutenção

das metas de inflação pré-estabelecidas. Tal fato provocou a revisão das projeções relativas ao PIB e a produção industrial que, de acordo com o Relatório Focus (28/01/2011), apresentaram crescimentos próximos a 4,5% e 5% em 2011.

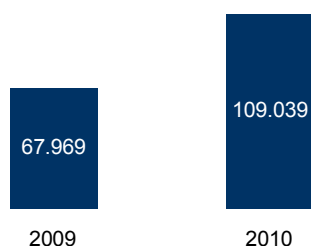
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Tráfego

- Em 2010 o tráfego de veículos equivalentes foi de 109 milhões veículos equivalentes. Em relação a 2009 houve um crescimento de 60,4%, essa variação deve-se principalmente pelo início de operação das praças de pedágio no decorrer do exercício de 2009, sendo P1 e P2 em fevereiro, P4 em maio e P3 e P5 em junho. Outro motivo da variação é a consequência do aumento da atividade econômica (PIB:+7,5%) e, principalmente, do crescimento do setor industrial (+10,5%).

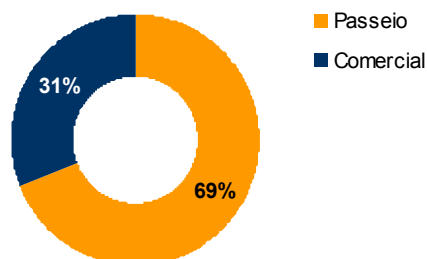
Tráfego Pedagiado

Milhares de Veículos Equivalentes



Composição do Tráfego – 2010

Veículos Equivalentes

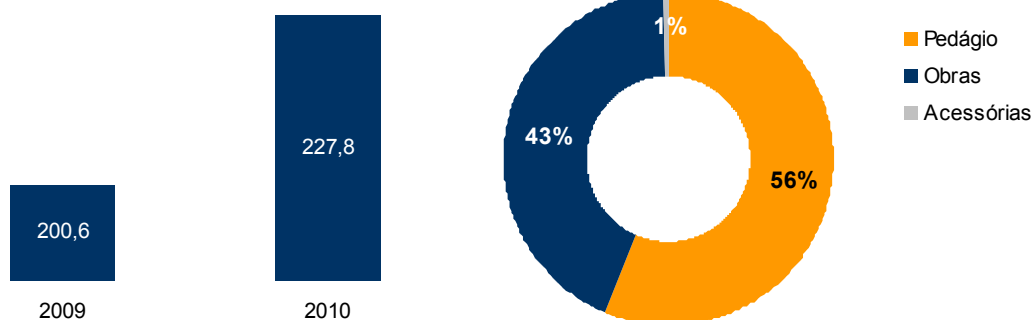


Receita Bruta

- A Autopista Litoral Sul encerrou o exercício de 2010 com R\$227,8 milhões, composta por 43% de Receita de Obras, 56% de Receitas de Pedágios e 1% por Receitas Acessórias, com um crescimento 13,56% em relação ao ano de 2009.

Composição da Receita Bruta (%) – 2010

R\$ milhões



- As novas normas de contabilização no Brasil (ICPC-01 / IFRIC 12), que entraram em vigor a partir de 01/01/2010, alteraram a forma de contabilizar as receitas provenientes da exploração dos contratos de concessões e passaram a incluir também Receita de Obras provenientes da realização de investimentos no intangível. Essa nova forma de contabilizar as receitas alterou a demonstração do resultado, afetando contabilmente as margens EBITDA, EBIT e Lucro Líquido; mas sem alterar o montante do Lucro Líquido da Companhia, uma vez que a contra partida desta receita, o custo de obra, em igual quantia (sem margem de obra), está rubricado como Custo dos Serviços de Construção.

Receita Líquida

No ano de 2010 a Autopista Litoral Sul obteve receita líquida de R\$ 218 milhões, sendo R\$ 23,5 milhões maior em relação à receita líquida apresentada no ano de 2009, com crescimento de 12,1%. O aumento do tráfego dos veículos equivalentes e o reajuste contratual das tarifas de pedágio foram os principais fatores que contribuíram para esse crescimento.

Custos e Despesas (Excluindo Depreciações e Amortizações)

R\$ milhões	2010	2009	Var.
Custo dos serviços prestados	(62.959)	(53.634)	17,4%
Custo dos serviços de construção	(97.510)	(125.158)	-22,1%
Despesas administrativas	(9.317)	(7.601)	22,6%
Despesas tributárias	(147)	(157)	-6,4%
Remuneração da administração	(583)	(523)	11,5%
Outras receitas operacionais líquidas	429	235	82,6%
Custo e despesas	(170.087)	(186.841)	-8,9%

- Os Custos e Despesas excluindo os custos de serviços de construção em 2010 foram de R\$ 72,6 milhões, tendo uma variação de 17,66 % em relação a 2009. Essa variação ocorreu devido ao início de operação de grande parte da estrutura operacional em 2009 para atendimento aos usuários, para cumprir as exigências contratuais.
- Cabe destacar que com a entrada em vigor das novas normas de contabilidade ICPC-01 a Litoral Sul passou a provisionar os custos em manutenção e conservação especial que poderão ocorrer no futuro, reconhecendo no resultado atual, ajustado a valor presente, os custos como Provisão para Manutenção de Rodovias.
- O custo dos serviços de construção, registrado em função da adoção do ICPC01, conforme comentado, tem como contrapartida uma receita de obras de mesmo valor, não impactando o resultado da Companhia.

EBITDA

R\$ milhões

	2010	2009	Var.
Receita líquida	218.013	194.473	12,1%
(-) Custos e despesas	(182.546)	(192.545)	-5,2%
EBIT	35.467	1.928	1739,6%
(+) Depreciação e amortização	10.889	5.707	90,8%
EBITDA	46.356	7.635	507,2%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	4.726	2.007	135,5%
EBITDA Ajustado ¹	51.082	9.642	429,8%

¹ Considera ajuste referente à provisão p/ manut. de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01.

Obs: O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

- A Litoral Sul entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços nas rodovias, é o EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA adicionando-se o montante de Provisão para Manutenção de Rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercício fiscal futuro.
- O EBITDA ajustado, excluindo os efeitos das provisões de manutenção em rodovias advindas da adoção do ICPC01, encerrou o ano de 2010 em R\$ 51,1 milhões, com um aumento de 41,4 milhões em relação ao ano anterior. O aumento foi impactado principalmente pelo crescimento do tráfego pedagiado.

Resultado Financeiro

R\$ milhões

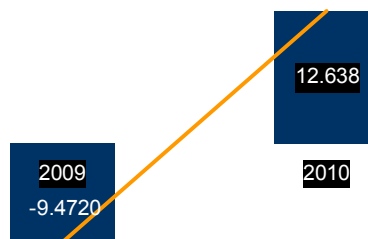
	2010	2009	Var.
Receitas Financeiras	1.962	2.232	-12,1%
Despesas Financeiras	(20.260)	(13.912)	45,6%
Resultado Financeiro Líquido	(18.298)	(11.680)	56,7%

O resultado financeiro líquido de R\$ 11,7 milhões negativos em 2009 para R\$ 18,3 milhões negativos em 2010, influenciado pelo aumento nas despesas com juros, essa variação a maior deve-se por novas liberações de recursos do financiamento Ponte junto ao BNDES.

Lucro Líquido

R\$ milhões

A Autopista Litoral Sul obteve um lucro líquido de R\$ 12,6 milhões em 2010, contra um prejuízo de R\$ 9,5 milhões em 2009, essa significativa melhora no resultado da companhia, deve-se pelo fato de todas as praças estarem operando integralmente no exercício de 2010, além da melhora na economia e o reajuste tarifário ocorrido em fevereiro de 2010.



Endividamento

- A Autopista Litoral Sul encerrou o ano de 2010 com um endividamento de R\$ 187,3 milhões contra R\$ 152,8 milhões do ano de 2009. Este aumento do endividamento deve-se pela captação de recursos junto ao BNDES, pelo financiamento ponte.

INVESTIMENTOS

- Ao longo do ano de 2010 foram investidos R\$ 94,2 milhões em cumprimento do cronograma de investimentos do contrato de concessão, destacando-se a execução dos trabalhos de recuperação da rodovia como: sinistros decorrentes de chuva, de pavimentos, melhoria de sinalização e cortes de vegetação, início das obras de melhorias de acessos, passarelas, implantação de área de escape, prolongamento e reforço da Ponte Bela Cruz, e conclusão das obras da Ponte sobre o Rio São João, marginal em Itapema e da passarela da Aririú da Formiga.

RECURSOS HUMANOS

- Em 2010, nosso quadro de empregados teve um crescimento de 17% em comparação a 2009, equivalente a 302 empregados.

Estamos atentos também ao aumento do índice de rotatividade, que refletiu o momento de implantação da operação, com o trabalho de busca e atração de profissionais e a consequente adequação da estrutura da empresa.

	2009	2010
Empregados Diretos	258	302
Rotatividade	2,63	3,74

- No que concerne a diversidade, apresentamos um indicador com participação majoritária de homens, 76% de homens, contra 24% de mulheres. A média de idade está concentrada em 30 anos. A base de formação educacional do efetivo de pessoal centra-se no Ensino Médio Completo (antigo Segundo Grau), com 45,9% dos empregados. Destacamos que 15,9% possuem superior completo.

	2009	2010
% Homens	78%	76%
% Mulheres	22%	24%

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

A Autopista Litoral Sul estabeleceu como um dos seus compromissos o desenvolvimento de relacionamento com as comunidades lindeiras à sua área de concessão, tendo como foco projetos relacionados a educação, saúde, cultura e meio-ambiente. Os principais projetos são:

Educação

Programa “Viva Meio Ambiente” - criado em 2009, abrangendo 5.200 alunos e 180 professores e educadores de 11 escolas públicas, 2 em Garuva, 1 em Barra Velha, 1 em Camboriú, 1 em Balneário Camboriú, 2 em Itajai, 2 em Itapema, 2 em Biguaçu situados ao longo das rodovias que administra.

O objetivo do programa é desenvolver uma série de ações para a promoção da consciência ambiental em escolas de municípios próximos às rodovias federais sob concessão da OHL.

Os educadores participam de dinâmicas de grupo alusivas ao meio ambiente e recebe todo o material pedagógico a ser distribuído a alunos, professores e escolas do projeto, na forma de kits, livros e gibis educativos.

A ideia é que as instituições se envolvam inteiramente e, no decorrer do ano letivos, seus educadores continuem a disseminar a informação para todos os públicos, tornando-se multiplicadores da questão ambiental. Os participantes são envolvidos em plantio de mudas, reuniões pedagógicas, concurso de frases e concurso de desenhos promovidos pelo programa.

Outras ações que acontecem dentro da responsabilidade social são as campanhas direcionadas aos motociclistas, ciclistas e pedestres:

- Programa “Viva Motociclista”: Os motociclistas são orientados sobre conceitos de direção defensiva, participam de avaliações de saúde (exames de pressão arterial e índice de massa corpórea) e recebem gratuitamente revisão de alguns itens da moto, podendo inclusive efetuar a troca da lanterna, quando necessário. Também são instalados adesivos refletivos que auxiliam no aumento da visibilidade noturna do veículo.

A campanha tem como principal objetivo a conscientização do motociclista sobre a necessidade de revisão periódica do veículo e a utilização de equipamentos de segurança obrigatórios, como capacete e calçados fechados.

- Programa “Viva Ciclista”: Promove ações educativas de segurança para o ciclista, especialmente nas rodovias e distribui panfletos. Os ciclistas são orientados a seguir as normas específicas para bicicletas do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), como a utilização obrigatória de acessórios: sinalização noturna dianteira, traseira, lateral e nos pedais. Suas bicicletas são adesivadas com refletivos segundo a norma do CONTRAN (Conselho Nacional de Trânsito).

- Programa “Passarela Viva”: Promove ações educativas e de conscientização sobre travessia segura da rodovia. Os pedestres recebem panfletos com orientações sobre o uso correto da passarela.

AGRADECIMENTOS

A Autopista Litoral Sul S.A. gostaria de registrar seus agradecimentos aos usuários, investidores, órgãos governamentais, fornecedores, agentes financiadores e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como à equipe de colaboradores, pelo empenho e dedicação dispensados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM n°. 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Litoral Sul S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

Joinville, 24 de março de 2011.

Diretoria

Luis Manuel Eusébio Inigo
Diretor Presidente

Francisco Leonardo Moura da Costa
Diretor Adm. Financeiro e de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin
Diretora Jurídica

Antonio Marcio Protta
Diretor Superintendente

Conselho de Administração

José Carlos Ferreira de Oliveira Filho
Presidente

Juan Luis Osuna Gomes
Conselheiro

Felipe Ezquerria Plasencia
Conselheiro